

A ATUAÇÃO DA UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES DURANTE OS GOVERNOS POPULARES DE LULA E DE DILMA

perior, União Nacional dos Estudantes, políticas públicas.

Musa Ramalho Oliveira¹

RESUMO

O presente artigo tem o intuito de analisar a construção de políticas públicas por meio da relação entre os movimentos sociais, os governos de Lula e o primeiro mandato da presidenta Dilma. Utiliza-se como objeto de pesquisa a participação da União Nacional dos Estudantes (UNE) na área educacional e de políticas públicas para a juventude. Nota-se avanços e limites, porém há a abertura do canal de diálogo entre a entidade e o governo, uma inovação frente a momentos históricos anteriores. O governo reconheceu alguns problemas identificados pela UNE, houve construção de agenda comum, participação da formulação política e implementação de programas que atenderam a uma parcela das demandas apresentadas pelos estudantes.

Palavras-chaves: Lula, Dilma, Educação Su-

¹ Bacharela em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais pela Universidade Estadual de Santa Cruz.

1. Introdução

O presente trabalho tem o intuito de analisar a implementação de políticas públicas por meio da relação entre os movimentos sociais, os governos de Lula e primeiro mandato da presidenta Dilma. Utiliza-se como objeto de pesquisa a participação da União Nacional dos Estudantes (UNE) na área educacional e de juventude. Destaca-se avanços importantes, porém é possível perceber que houve limites, nem tudo o que a entidade solicitou foi atendido.

Buscou-se traçar um panorama sobre a relação entre as políticas públicas implementadas pelos governos populares e as bandeiras da UNE que versavam sobre educação e juventude. Demonstrou-se de que forma a UNE participou na apresentação de demandas, na agenda e formulação de políticas, conforme a teoria neoinstitucionalista histórica.

A partir da eleição do presidente Lula, constatou-se que houve uma abertura no diálogo entre movimento sociais, como a UNE, e o governo.

“Frente à pressão dos movimentos sociais, o governo não os criminaliza, mantendo uma disposição de diálogo, onde certamente inova, face aos governos anteriores”. (FREITAS, 2007. p. 67)

Dessa forma, pretende-se observar a influência das demandas apresentadas pela entidade na implementação de políticas para a educação superior e juventude. A organização

estudantil teve papel importante na identificação e reconhecimento de problemas que requerem atenção governamental e na construção de agendas institucionais.

Theoudoulou, citado em Carvalho (2013), classifica o ciclo do processo político-administrativo em algumas fases:

“1) reconhecimento do problema e identificação deste como uma questão que requer atenção governamental; 2) composição da agenda; 3) formulação política; 4) adoção política; 5) implementação política; 6) análise política ou avaliação” (CARVALHO, 2013. p. 214)

Para Carvalho, em cada etapa citada é possível identificar o estabelecimento de relações de poder entre as redes políticas e sociais. Nas práticas político-administrativas utilizadas para a formulação e execução das ações voltadas para a educação superior e juventude também é possível notá-las. Em uma abordagem neoinstitucionalista histórica, realizar-se uma mediação entre análises centradas no Estado e na sociedade².

“O neoinstitucionalismo não se desenvolveu como um arcabouço teórico unitário, mas tornou-se um ponto de encontro para estudiosos de diversas correntes nas Ciências Sociais, cujo princípio fundamental baseia-se na constatação de que as instituições são importantes e devem ser centrais para análises dos processos

² CARVALHO, C. H. Almeida de. **Política para a educação superior no governo Lula: expansão e financiamento.** *Rev. Inst. Estud. Bras., São Paulo, n. 58, p. 213, jun. 2014*

políticos e sociais. Não há grandes postulados e teorias gerais, mas um ferramental analítico baseado em afirmações provisórias a serem testadas e alteradas a partir dos resultados de estudos históricos." (CARVALHO, 2014, p. 222)

Pretende-se observar, nos próximos capítulos, de que forma as demandas apresentadas pela UNE influenciaram as ações dos governos de Lula e o de Dilma, em seu primeiro mandato.

2. Atuação da UNE frente ao governo Lula

O ano de 2002 foi marcado pelo acirramento político. Inaugurou-se uma coalizão de forças populares que conduziu o sindicalista Luís Inácio Lula da Silva para a Presidência da República. A partir dessa eleição, reabriu-se um canal histórico de diálogo entre a UNE e o governo federal. Nesse período, a entidade conseguiu avançar em bandeiras do movimento estudantil relacionadas a financiamento e ampliação do acesso a universidades, à permanência, a métodos de avaliação do ensino superior, a políticas públicas para a juventude e na retomada do terreno de sua sede.

As principais reivindicações da UNE frente ao governo Lula foram:

- a) ampliação de investimento público nas Instituições de Educação Superior (IES), incluindo o direcionamento de recursos do petróleo para o setor;
- b) aumento de vagas e melhoria na qualidade do ensino, pesquisa e extensão nas IES;
- c) combate à desnacionalização da educação e regulamentação da educação privada;
- d) maior exercício de democracia na escolha de dirigentes das IES;
- e) reedição do Projeto Rondon;
- f) reconhecimento do Estado frente ao incêndio da sede da UNE em 1964, retomada do terreno e indenização;
- g) aprovação do projeto de lei da reforma universitária com a regulamentação de programas implementados pelo governo;
- h) fim do "provão" e um novo método de avaliação das IES;
- i) ação de inconstitucionalidade sobre a medida provisória nº 2.208, de 17 de agosto de 2001³;
- j) aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC), Estatuto e Sistema Nacional da Juventude;
- k) criação de um Plano Nacional de Assistência Estudantil;

³ Que retirou da UNE a exclusividade na emissão de carteiras estudantis, impedindo o financiamento de suas atividades.

- l) fim do vestibular;
- m) garantia de autonomia administrativa e de gestão financeira para as IES federais e
- n) aprovação de uma nova Lei de Estágio.

A fim de atender às demandas dos estudantes, diversos programas foram construídos pelo governo federal em cooperação com atores da sociedade civil. O governo sancionou Propostas de Emendas à Constituição (PEC) e Projetos de Lei (PL) aprovados pela Câmara dos Deputados e pelo Senado. A UNE foi uma das principais entidades que participaram das rodadas de negociação e de instâncias de participação popular, bem como teve atuação importante frente ao poder legislativo⁴. Ela passou a ocupar também espaços construídos pelo poder executivo⁵, foi visitada e recebida por membros da administração pública federal. Dessa forma, pôde apresentar suas opiniões com o intuito de influenciar a formulação de políticas.

Uma das primeiras ações do governo Lula com a intenção de atender a demandas da

4 Carvalho, Cristina Helena Almeida de, op. cit. 2011 (em doutorado), destaca que o Ministério da Fazenda, do Planejamento e o MEC representam os agentes estatais ou governamentais, A ABAMES e ABRUC representam o seguimento privado, a UNE, Andifes, Andes-SN representam o seguimento federal e a Crub, os interesses híbridos. Os organismos multilaterais são representados pelo Banco Mundial (Bird) e a Unesco.

5 Foi convidada para participar da comissão de organização das conferências nacionais de educação, juventude e esporte; possui cadeira fixa no Conselho do Desenvolvimento Econômico e Social, do Igualdade Racial, de Mulheres, Educação, possui cadeira fixa na Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes).

UNE foi a reedição do Projeto Rondon. No primeiro ano de gestão, houve um encontro com o Ministro Luiz Dulci, chefe da secretaria geral da presidência, que selou a retomada do projeto que começou a funcionar em dezembro de 2003 e segue ativo.

Ao longo do governo Lula, o debate sobre as políticas públicas de juventude cresceu. Com a criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ)⁶ e do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve)⁷ diversos espaços foram construídos para ampliar a participação da sociedade civil. A UNE se organizou em defesa de medidas legais que garantissem a ampliação dos direitos dos jovens. A construção e luta pela aprovação da PEC 42/08 (atual Emenda nº 65/2010), que ficou conhecida como “PEC da Juventude” foi uma das principais defesas da UNE para o setor durante o governo de Lula. Ela representou a incorporação do termo juventude na Constituição Federal (CF), alterou a denominação no Capítulo VII do Título VIII da CF, modificando o seu artigo 227, no sentido de cuidar dos interesses dos jovens.

A emenda aprovada previa a regulamentação de um Estatuto e do Sistema Nacional de Juventude. Quando a luta pela PEC foi superada, os movimentos sociais que atuam no setor, juntamente com a UNE, se debruçaram sobre a concretização dessas questões que ficaram em aberto. Os desdobramentos sobre o estatuto da juventude e sistema nacional seguiram no governo Dilma.

6 Espaço governamental.

7 Espaço misto entre governo e sociedade civil.

O Conjuve é ligado à Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e recebeu o presidente Lula no encontro dos membros do conselho para a discussão do Estatuto e realização da 2ª Conferência Nacional. Uma das mais importantes bandeiras dessa, foi o Pacto pela Juventude, apresentado para os candidatos durante as eleições de 2010. Ele reivindicava 12 questões, dentre elas a criação do Sistema Nacional de Juventude; a implantação de políticas afirmativas; a promoção do acesso aos bens culturais, ao esporte e lazer; a promoção do direito à comunicação e o fortalecimento dos canais de participação democrática.

Outro debate importante que cresceu ao longo dos governos de Lula foi a reforma universitária. A reivindicação por mudanças estruturantes na educação superior esteve entre as primeiras apresentadas pela União Nacional dos Estudantes. O debate extenso foi construído por meio de diálogo entre movimentos sociais e poder executivo e culminou no PL 7200/06 elaborado com participação da União Nacional dos Estudantes. O processo de formulação desse projeto envolveu mais de 200 organizações ligadas à educação⁸. As defesas da UNE foram no sentido de:

- a) assegurar 14% da verba de custeio das instituições de ensino superior para assistência estudantil;
- b) fortalecimento das universidades públicas e a sua gratuidade;
- c) financiamento total por parte do Estado e

maior exercício de democracia interna;

- d) regulamentação do ensino superior privado, com a presença de no máximo 30% de capital estrangeiro, bem como maior rigor do MEC para classificar essas IES;

O governo encaminhou o projeto de lei 7200/06 que tinha o intuito de regulamentar decretos e medidas que vinha implementando para a educação superior. Porém, os embates entre os setores que disputam opinião sobre a reforma universitária têm impedido o avanço do PL que segue parado no Congresso Nacional.

Os governos de Lula implementaram uma série de programas que dialogam com as demandas apresentadas pela entidade estudantil. A política governamental se voltou para ações de expansão e financiamento da educação superior, bem como subsídios e bolsas aos estudantes. Nesse sentido, destacam-se:

- a) Programa Universidade para Todos (Prouni);
- b) Programa de Expansão Fase I;
- c) Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni);
- d) Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) e
- e) Sistema Nacional de Avaliação da Edu-

8 UNE. Balanço de Gestão. 2007

cação Superior (Sinaes).

Houve, na política educacional do governo, a combinação entre o “crescimento intensivo e extensivo” com a presença de investimento do segmento federal.⁹ Dessa forma, o governo implementou o Pnaes que fornece bolsas aos estudantes das IES federais e, para os estudantes do segmento particular, o Prouni. A educação caminhou sob a lógica de aumentar o ingresso e dar condições de permanência aos estudantes.

A política pública direcionada à expansão da educação superior no governo Lula teve como ponto de partida a identificação, por meio de diagnóstico no programa de governo, de que a taxa de escolaridade líquida da educação superior brasileira era muito baixa e distante da meta de 30% proposta pelo Plano Nacional de Educação (PNE 2001- 2010). A explicação presente no documento de campanha residia na privatização da educação superior sem planejamento, que se traduziu em crescimento acelerado da rede privada, intensificada pela diferenciação institucional e pela transformação das IES em universidades de ensino. Combinado a isto, as dificuldades das camadas sociais mais pobres em acessarem esse nível educacional, e, ainda que as barreiras à entrada pudessem ser superadas, a percepção do governo de que o principal desafio estava na permanência do aluno socialmente vulnerável diante dos elevados gastos nos estabelecimen-

tos privados, cujo resultado tem sido a elevada inadimplência e evasão. A agenda governamental redirecionou-se a fim de ampliar de modo significativo as vagas nas universidades públicas, em especial no segmento federal. (CARVALHO, 2013. p. 215 e 216)

O Prouni foi implementado em 2005 e tem o objetivo de oferecer bolsas de estudos em IES particulares. O público alvo é de estudantes de renda familiar per capita inferior a três salários mínimos e que completaram o ensino médio total, ou parcialmente em escolas públicas. Em contrapartida, o governo fornece isenção fiscal dessas IES privadas que adotam o programa. São disponibilizadas bolsas integrais e parciais de 50%. Os critérios são:

- a) as bolsas integrais são ofertadas para alunos cuja renda familiar por pessoa é igual ou inferior a um salário mínimo e meio;
- b) as bolsas parciais de 50% são disponibilizadas aos estudantes cuja renda familiar per capita é de três salários mínimos.

O Pnaes foi instituído em 2010 pelo decreto nº 7.234, de 19 de julho. Até a concretização desse plano, que era uma reivindicação da UNE, foram conquistadas algumas medidas. Em 2006 o MEC voltou a dispor de rubrica específica para a Assistência Estudantil. A entidade, destacou que essa medida era um passo relevante que levaria a conquista de 2010.

O Pnaes foi criado com o intuito de contribuir com o desempenho acadêmico, dar mais con-

9 CARVALHO, Cristina H. A. **Política para a educação superior no Governo Lula expansão e financiamento.** Rev. Inst. Estud. Bras., São Paulo, n. 58, p. 209-244, jun. 2014

dição de igualdade de oportunidades para estudantes, combater a evasão e repetência. O plano oferece bolsas a estudantes das IES federais e dá suporte para sua permanência.

O Pnaes oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. As ações são executadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa. (MEC, 2015)

O Programa de Expansão Fase I e sua continuidade, o Reuni, foram importantes para a consolidação de outra reivindicação da UNE: mais acesso à educação superior. Eles funcionaram para expandir as vagas em universidades federais, sobretudo por meio da ocupação da universidade no turno da noite e pela criação de novos campi, longe de grandes centros. Dessa forma, seria possível inserir mais trabalhadores nas universidades e diminuir as desigualdades regionais.

A política de expansão extensiva e intensiva do segmento federal no governo Lula tinha por objetivo reduzir as distâncias geográficas e as desigualdades da educação superior em termos regionais. Este foi o terceiro aspecto da política de expansão da educação superior. O programa de governo materializou-se em ação concreta, à medida que as universidades federais abriram novos *campi* no interior dos estados no âmbito dos projetos de expansão pactuados com MEC por intermédio do Reuni. Além disso, criaram-se novas universidades federais, todas localizadas em cidades interioranas. A redução das

desigualdades regionais foi de responsabilidade do segmento federal, uma vez que as estratégias de mercado da iniciativa privada não passam, necessariamente, por preocupações de ordem social ou de redistribuição espacial. (CARVALHO, 2014, p. 222)

O Reuni tinha como meta a ampliação para 30% de matrículas no turno da noite¹⁰. A inserção de mais estudantes nas IES federais no sentido de contemplar setores da sociedade que tradicionalmente são excluídos da educação superior, revelou a necessidade de novas modalidades de ingresso alternativas ao vestibular e política de permanência. O Pnaes e uma nova configuração no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foram ações que buscaram atender a essas demandas.

A UNE, nesse período, intensificou a sua luta pelo fim do vestibular. Se posicionou em apoio a criação do Enem como método de ingresso nas IES. Sugeriu também que a adesão das universidades ao exame deveria estar atrelada ao repasse de verbas federais destinadas à permanência estudantil, bem como ficou concretizado no Pnaes. Houve também o apoio ao projeto de lei 73/99 que determina reserva de 50% das vagas nas universidades federais. Os critérios eram que as vagas poderiam ser preenchidas por estudantes negros que concluíram o ensino médio em escolas públicas, conforme declaração na revista de

¹⁰ Carvalho (2014) destaca que a meta não foi cumprida, porém houve aumento substancial de estudantes que se locaram em cursos noturnos das IES federais.

balanço de gestão¹¹.

(...) a UNE vem se mobilizando em defesa da aprovação do Projeto de Lei 73/99, que determina a reserva de 50% das vagas nas universidades federais, por curso e por turno, para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parte dessas vagas será destinada para alunos afrodescendentes e indígenas, de acordo com a proporção dessas populações em cada estado com base em dados do IBGE. (UNE, 2009)

Houve mudanças também na forma de avaliação das IES. Uma das primeiras ações do governo Lula foi a implementação do Sinaes. O sistema substituiu o antigo Exame Nacional de Cursos, o “provão”. No método anterior, as instituições de educação superior eram avaliadas de acordo com o desempenho dos estudantes em uma prova. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior foi instituído em 14 de abril de 2004, pela Lei nº 10.861 e possui as atribuições abaixo, conforme pode ser observado no site desse órgão colegiado:

(O Sinaes) é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. O Sinaes avalia todos os aspectos que giram em torno desses três eixos: o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários ou-

tros aspectos. (INEP, 2011)

Para além dos programas realizados pelo governo e as tentativas da UNE de inserir a regulamentação da educação superior privada na agenda do governo, a UNE tomou iniciativas frente ao poder legislativo. O Projeto de Lei 6489/06, o PL da UNE, tinha a intenção de proibir o aumento abusivo de mensalidades.

Outras ações importantes foram o “Dia Nacional de Luta pela Redução das Mensalidades” e a vitória contra o PL341/2003 que tinha a intenção de afastar os estudantes inadimplentes por 60 dias das universidades. Houve também o lançamento da campanha “Nosso Futuro não Está em Liquidação” que tinha o objetivo de fazer um enfrentamento aos abusos cometidos pelos donos das faculdades particulares e defender a aprovação do “PL da UNE”.

A UNE também atuou em torno da aprovação do Projeto de Lei 993/07 apresentado pelos deputados Átila Lira e Manuela D’Ávila. O PL regulamentava estágios profissionais de estudantes secundaristas e universitários. Em 2008, o presidente Lula sancionou o projeto aprovado que se tornou a lei 11.788/08 dando um caráter novo a visão de estágio, que passou a ser um instrumento educativo e complementar aos conhecimentos acadêmicos, contemplando um debate antigo do movimento estudantil. As principais mudanças foram a redução de 8h para 6h diárias de estágio, 30 horas por semana; exceção para alunos da educação especial; recesso anual remunerado e obrigatoriedade da empresa

11 UNE. 2009.

em fornecer para o estagiário vale transporte e bolsa.

Uma das reivindicações mais importantes da UNE foi pela ampliação de financiamento no setor educacional. Uma das soluções apontadas pela entidade foi o direcionamento dos recursos do petróleo. A discussão sobre o destino dessa riqueza ganhou corpo com a descoberta do Pré-Sal. A entidade passou a reivindicar o repasse de parte do Fundo Social (FS)¹² para a educação.

O debate cresceu em torno também dos royalties do petróleo que poderiam contemplar uma soma que viabilizaria a destinação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro para a educação. Os estudantes defendiam que 50% do FS fossem destinados à educação pública, sendo que 80% desse recorte deveria ser investido em educação básica. Essa reivindicação ficou concretizada na que ficou conhecida como emenda da UNE, o parágrafo segundo do artigo 47 da lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

§ 2º do art. 47¹³

§ 2º Do total da receita a que se refere o art. 51 auferida pelo Fundo de que trata o caput 50% (cinquenta por cento) devem ser aplicados em programas direcionados

12 O Fundo Social do Pré-Sal tem como objetivo constituir uma poupança pública baseada em receitas da União e poder servir de fonte de recurso para o desenvolvimento social e regional, conforme é descrito pelos artigos 47 e 48 da lei 12.351/10.

13 O parágrafo segundo do artigo 47 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010. Sofreu veto presidencial.

ao desenvolvimento da educação pública, básica e superior, sendo o mínimo de 80% (oitenta por cento) destinado à educação básica e infantil. (BRASIL, 2010)

A UNE realizou uma série de campanhas públicas e institucionais para pressionar o poder público em torno dessa reivindicação. A entidade promoveu uma “Blitz do Pré-Sal” no Congresso Nacional. Como resultado, houve a aprovação no Senado em junho e em dezembro, na Câmara dos Deputados do PL, porém, em seguida, o presidente Lula vetou a emenda da UNE.

Mesmo com o veto, a entidade permaneceu na defesa da destinação desses recursos para a educação, sobretudo para a inclusão dessas reivindicações no Plano Nacional de Educação. A tática da UNE para promover essa bandeira foi equilibrar a ação social com a institucional, conforme Thiago Ventura explica na revista de balanço de gestão da UNE:

Para esta campanha, optamos por conciliar mobilização social com uma forte ação institucional. De um lado, dialogamos com parlamentares, realizamos blitz no Congresso Federal. Do outro, ocupamos as universidades, os centros acadêmicos e principalmente as ruas do Brasil inteiro. (...) Como resultado, conseguimos aprovar nossa emenda por consenso tanto no Senado quando na Câmara. (VENTURA, 2011, p. 09)

A UNE atuou na construção da proposta de Plano Nacional de Educação apresentada ao governo Lula. Ela foi formulada durante a Con-

ferência Nacional de Educação (Conae)¹⁴. A entidade foi convidada pelo governo para ser da comissão nacional organizadora e teve uma participação relevante na elaboração do documento final. As principais defesas foram pela presença, no texto, de propostas que vinha formulando em seus congressos e conselhos, como a dos 50% do Fundo Social do Pré-Sal para a educação; paridade nas eleições dos dirigentes das IES; criação do Fundo Nacional de Educação; da aprovação do PL 5175/2009 que discute a reforma universitária; a valorização da carreira de magistério e expansão de vagas no ensino superior.¹⁵

A UNE criticou o PNE aprovado¹⁶ no sentido de que para a entidade havia lacunas ainda no projeto e por isso apresentou 59 emendas. As principais foram a ampliação das metas de financiamento da educação para 10% do PIB; a regulamentação do ensino superior privado; a aprovação de políticas afirmativas para o ensino superior com o recorte étnico-social; o papel do Estado para garantir ensino de qualidade; a democratização do acesso à educação formal e as cotas raciais como forma de inserção da população negra nas universidades.

Uma reivindicação importante da UNE foi pela reconquista do terreno de sua antiga sede no Rio de Janeiro, Praia do Flamengo, 132. A en-

14 A Conae ocorreu entre os dias 28 de março e 1º de abril de 2010 com a presença de 2500 delegados e tinha como finalidade a construção do Plano Nacional de Educação.

15 UNE. Revista Balanço da Gestão. 2011. P. 38

16 As metas estabelecidas inicialmente pelo PL nº 8.035 de 2010 podem ser vistas no anexo III

tidade realizou manifestações, uma ocupação ao local e recebeu o terreno novamente. O presidente Lula visitou o local em 2008 e reconheceu a responsabilidade do Estado na demolição do prédio e incêndio por meio da assinatura do PL 3931/08 e o manifesto “UNE de volta para casa”.

A justiça decidiu também pela posse do terreno à UNE. Em 2010, a lei nº 12.260 foi sancionada selando o compromisso de indenização à entidade e reconhecimento da responsabilidade do Estado pelo incêndio. No mesmo ano, o presidente Lula participou do lançamento da pedra fundamental da nova sede.¹⁷

O governo Lula conseguiu dar respostas a muitas reivindicações feitas pela UNE. A política de expansão da rede federal, oferta de vagas na rede particular, reedição do Projeto Rondon, reconhecimento do Estado frente ao incêndio da sede da UNE em 1964, retomada do terreno e indenização; criação do Sinaes; aprovação da PEC da juventude, criação no Pnaes e aprovação de uma nova Lei de Estágio.

Algumas outras medidas ficaram em aberto, ou foram parcialmente contempladas. Não houve aprovação do projeto de lei que visa a reforma universitária. Dentro desse projeto estão inclusas diversas bandeiras da UNE, como a regulamentação do ensino superior privado, o combate a desnacionalização da educação superior, método mais democráti-

17 _____. UNE recebe indenização para reconstruir sede incendiada em 1964. Portal Vermelho 2011. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/172111-8>. Acesso em: 20 de abr. 2015

co na escolha de dirigentes, e autonomia administrativa e de gestão financeira para as IES federais, dentre outras.

Outra questão foi o fim do vestibular. O governo Lula modificou as funções do Enem, dando um caráter mais social e democrático no ingresso à IES. O exame ficou vinculado ao Prouni e Pnaes, porém ainda não foi suficiente para extinguir o vestibular.

Houve ampliação de investimento público nas IES, sobretudo por conta da criação de novas universidades e política de expansão e programas de permanência. Porém a soma ainda não contempla a reivindicação estudantil. Um grande retrocesso considerado pela UNE foi o veto presidencial veto a proposta de vincular o financiamento em educação aos recursos do petróleo.

Outra questão que não avançou foi sobre a ação de inconstitucionalidade a medida provisória (MP) nº 2.208, de 17 de agosto de 2001. A UNE considera que essa foi uma ação do governo FHC para retaliar o enfrentamento que sofreu da entidade durante a implementação de políticas neoliberais. A MP retirou da UNE a exclusividade na emissão de carteiras estudantis, impedindo o financiamento de suas atividades.

3. A UNE frente ao primeiro governo de Dilma

A política para educação superior no primeiro governo de Dilma Rousseff foi uma continuação do programa anterior. Houve a manuten-

ção de ações como o Reuni, o Prouni, Pnaes, Sinaes e fortalecimento do Enem como entrada nas IES, bem como houve o destaque para o papel delas dentro de demandas econômicas e de internacionalização da educação superior.

O governo Dilma aprofundou as iniciativas do tipo como forma de continuidade da política de expansão. Lula havia fundado quatro universidades com esse foco, sua sucessora criou o do programa Ciência Sem Fronteiras, em 2011. O objetivo era incentivar o intercâmbio entre estudantes, professores e pesquisadores em IES no exterior.¹⁸

A política para educação superior do Governo Dilma Rousseff (PT), iniciado em 2011, demonstra até o momento, a continuidade do programa do governo Lula da Silva em relação à expansão da rede federal e a importância de novos papéis para as universidades consonantes com as demandas econômicas. Em agosto de 2011, a presidenta Dilma Rousseff anunciou a continuidade do “Plano de expansão da Rede Federal de Educação Superior e Profissional e Tecnológica” mediante a construção de quatro novas universidades federais, novos campi universitários e Institutos Federais Tecnológicos (IFEs). A presidenta vem afirmando a necessidade de continuar investindo para estimular o desenvolvimento da ciência e tecnologia, como também vem ressaltando a impor-

18 COSTA, Rejane Aparecida da; SOLIGO, Valdecir. **Políticas de Acesso à Educação Superior do PSDB ao PT: Rupturas ou Permanência? 6o Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais.** Capitalismo Contemporâneo na América Latina: políticas sociais universitárias. Unioeste. 15 a 18 de 2014. p 11.

tância das seguintes políticas: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), o Programa Ciências Sem Fronteiras e o Plano Inova Empresa. (COSTA; SOLIGO, 2014. p.13)

As defesas da UNE durante o governo de Dilma Rousseff permearam três eixos. O primeiro foi a luta por ampliação do investimento em educação incluindo os recursos do petróleo e aprovação do PL nº 8.035/2010, referente ao PNE, sobretudo da meta número 20 que previa aumentar os investimentos no setor para 10% do PIB. O segundo, pela aprovação da lei de cotas. O terceiro, pela aprovação do Estatuto da Juventude e criação de um Sistema Nacional integrando a política para os jovens.

A entidade também permaneceu na defesa de melhorias nas medidas de assistência estudantil, em combate ao racismo, machismo e homofobia nas universidades. Houve também desdobramentos do debate sobre reforma política. As principais reivindicações durante o primeiro governo Dilma foram:

- a) aprovação do PL nº 8.035/2010, o Plano Nacional de Educação (PNE).
- b) recursos do petróleo para a educação;
- c) transformação das bolsas do Prouni que são parciais em integrais;

d) criação de bolsas de assistência estudantil para estudantes beneficiários do Prouni;

e) a realização da reforma universitária;

f) regulamentação do ensino superior privado e combate à desnacionalização da educação;

g) aprovação da lei de cotas;

h) ação de inconstitucionalidade sobre a medida provisória nº 2.208, de 17 de agosto de 2001;

i) aprovação do Estatuto e Sistema Nacional da Juventude;

j) fim do vestibular;

k) e reforma política com o fim do financiamento empresarial de campanha.

Uma ação importante do governo Dilma foi a sanção da lei de cotas nas universidades federais. Uma bandeira antiga da UNE que vinha ganhando corpo, principalmente na formulação feita pelos Enunes. No dia 8 de agosto de 2012, a lei foi aprovada no Senado. Em 29 de agosto recebe sanção da presidenta Dilma e se transforma na lei nº 12.711/2012¹⁹, cujo

19 BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 16 de setembro de 2015

principal parágrafo garante reserva de 50% de vagas em IES federais para estudantes provenientes de famílias com renda baixa.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita. (BRASIL, 2012)

Outra ação importante foi a criação do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), como forma de aprofundar as modificações no ingresso às IES. Em novembro de 2012 houve a publicação da portaria normativa número 21 que regulamentou o Sisu.

O novo modelo de seleção consistia em um sistema informatizado, administrado pelo MEC em que as IES públicas cadastradas oferecem vagas aos candidatos que realizaram as provas do Enem.

Art. 2º O Sisu é o sistema por meio do qual são selecionados estudantes a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas e gratuitas de ensino superior que dele participarem.

§ 1º O processo de seleção dos estudantes para as vagas disponibilizadas por meio do Sisu é autônomo em relação àqueles realizados no âmbito das instituições de ensino superior, e será efetuado exclusivamente com base nos resultados obtidos pelos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio - Enem. (BRASIL, 2012)

Pode-se dizer que a principal luta da entidade durante esse governo foi por mais investimento em educação. Uma das últimas ações de Lula foi o veto à emenda que direcionaria os recursos do Fundo Social do Pré-Sal para o setor. A presidenta, porém, se posicionou favorável à proposta dos estudantes.

Ela fez alguns pronunciamentos. Dilma anunciou em reunião com a diretoria da UNE em 2012, posteriormente reiterou o seu compromisso durante uma intervenção num encontro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, em que a UNE possui cadeira fixa. Afirmou que era favorável aos 100% dos Royalties, 50% do Fundo Social do Pré-Sal e à porcentagem do PIB exigida pelos estudantes para a educação. Em outras situações, como no dia 3 de outubro do mesmo ano, a presidenta novamente se comprometeu. No dia 6 de dezembro de 2012 o Projeto de Lei do Senado (PLS) 138/11 que visava destinar 50% do Fundo Social do Pré-Sal para o setor foi aprovado²⁰.

No final de 2012, houve o debate na câmara dos deputados sobre a partilha dos royalties do petróleo. A UNE passou a defender que 100% da soma deveria ser destinada a educação como forma de atingir os 10% previstos no PNE que estava em tramitação. Tratava-se PL 2565/11.

Em 30 de novembro, o Ministro da Educação

20 UNE. Comissão aprova os 50% do Fundo Social do Pré-Sal para educação, ciência e tecnologia. Dez. 2011. Disponível em: <http://www.une.org.br/2011/12/comissao-aprova-os-50-do-fundo-social-do-pre-sal-para-educacao-ciencia-e-tecnologia/>. Acesso em: 15 de set. de 2015.

anunciou a Medida Provisória 592 de 2012²¹ que alterava a divisão dos royalties do petróleo para fins da educação. Seriam destinados 50% para o setor.

A medida atendia parcialmente às expectativas dos estudantes. Dessa forma, a UNE continuou atuando em busca da fração completa da riqueza. Foi realizado um encontro com o ministro da educação, em Recife, durante o Coneb em 2013. O objetivo era o de firmar um compromisso de mais investimentos no setor. Além dos recursos do petróleo, reivindicaram a aprovação da meta 20 do PNE com a inclusão de 10% do PIB²².

Meta 20: ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de sete por cento do Produto Interno Bruto (PIB) do país no quinto ano de vigência desta lei e, no mínimo, o equivalente a dez por cento do PIB ao final do decênio. (BRASIL, 2014. p. 84)

Em junho de 2013, houve uma grande revolta popular que tomou as ruas do país. Não houve uma bandeira unitária, mas as principais reivindicações versavam sobre melhoria em mobilidade urbana, insatisfação com a corrupção na política, melhorias na saúde e educação. Essas manifestações alteraram a agenda política do governo e dos movimentos sociais.

21 Essa MP se encontra revogada na data 16 de setembro de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Mpv/592.htm. Acesso em 16 de setembro de 2009.

22 Que previa a destinação de 10% do PIB pra educação.

Dilma, então, anunciou 5 pactos que tratavam da reforma política, saúde, economia, transporte e educação. Para a última, a presidenta declarou que apoiaria as propostas da UNE que tramitavam no congresso nacional. Junho de 2013 impulsionou uma série de bandeiras da entidade. Como substrato, houve a aprovação dos projetos de lei que direcionam recursos do petróleo para a educação e saúde, do estatuto da juventude e do PNE.

Em maio de 2014, houve a aprovação do PNE com a presença de metas que contemplam bandeiras que vinham sendo defendidas pela UNE nos últimos anos. O plano está descrito na lei nº 13.005/14 e traz 20 metas. Para a representação estudantil, a principal é a número 20 que projeta os investimentos para educação em 10% do PIB até 2024, ela faz também menção ao direcionamento dos recursos do petróleo e gás para o setor como estratégia para atingir a meta número 20.

Como resposta às manifestações de junho, Dilma sancionou também o PL 323/07, transformado na em Lei ordinária 12858/2013²³. Com isso, 75% dos royalties do petróleo e 50% do Fundo Social do pré-sal passariam a ser destinados à educação e 25% dos royalties para a saúde.

A sanção da lei nº 12851, de 5 de agosto de 2013 também foi impulsionada pelas jornadas de junho. Tratava-se da implementação do Estatuto da Juventude e disposição dos di-

23 BRASIL, 2013. Atos do Poder Legislativo lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013. <http://www.abmes.org.br/public/arquivos/legislacoes/Lei-12858-2013-09-09.pdf>. Acesso em: 28 de setembro de 2015

reitos dos jovens, dando diretrizes sobre as políticas públicas de juventude (PPJ) e a criação do Sistema Nacional de Juventude (Sinajuve). Ao final do governo Lula, foi aprovada a PEC que previa a criação dessas instâncias.

A UNE, juntamente ao Conjuve e organizações que atuam para a consolidação dessa política. Ocuparam instâncias do poder legislativo e realizaram atividades em conjunto para mobilizar a sociedade civil em torno da questão. Com as jornadas de junho que foram protagonizadas pelos jovens brasileiros, o processo de tramitação se acelerou, havendo, assim a sanção presidencial.

Em linhas gerais, o Estatuto da Juventude discorre sobre princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude; direitos da juventude e criação da Rede e do Sistema Nacionais de Juventude. Os principais postulados são²⁴ promoção de autonomia; participação política; reconhecimento dos jovens como sujeitos de direito; respeito a identidade, diversidade individual e coletiva; garantia de acesso a produção cultural, prática esportiva e mobilidade territorial; direito a educação, profissionalização, trabalho, renda, saúde, diversidade, cultura, comunicação, liberdade de expressão, desporto, lazer, sustentabilidade, meio ambiente, segurança pública e acesso à justiça.

Além de influenciarem na aprovação de ban-

deiras de luta antigas da UNE, as jornadas de junho influenciaram nas ações políticas tomadas pela entidade a partir dali. Reivindicações antigas por melhorias nas cidades e transporte público se fortaleceram. Outra exigência popular relevante durante as manifestações foi o combate a corrupção. Com isso, a UNE impulsionou sua bandeira pela reforma política e “eleições limpas”.

Buscou assinaturas para um projeto de lei de iniciativa popular, passou a integrar a Coalizão pela Reforma Política Democrática junto com a OAB e mais 100 entidades dos movimentos sociais. Ajudou a organizar um plebiscito por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do sistema político²⁵. O modelo defendido pela organização traz como principais pontos o fim do financiamento empresarial de campanhas; o voto em lista pré-ordenada para o legislativo e políticas afirmativas para corrigir distorções sobre a participação de mulheres, jovens, negros e indígenas.

Em dezembro de 2013, o governo sancionou a lei da meia entrada. A União Nacional dos Estudantes reclamava isso, sobretudo em sua frente de cultura. A lei número 12933/2013 dispõe do benefício aos idosos, pessoas com deficiência, jovens carentes e estudantes de meia entrada em eventos artísticos-culturais e esportivos. Essa norma revogou também a Medida Provisória nº 2.208, de 17 de agosto

24 BRAZIL. Lei número 12852 de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – Sinajuve. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccvil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acesso em: 28 de setembro de 2015.

25 _____. Cartilha Plebiscito Constituinte: plebiscito popular por uma constituinte exclusiva soberana do sistema político. 2ª edição. São Paulo, Fevereiro de 2014. p. 06. Disponível em: http://www.plebiscitoconstituente.org.br/sites/default/files/material/AF_Cartilha%20Plebiscito%202%C2%AA%20Edi%C3%A7%C3%A3o_WEB.pdf. Acesso em: 28 de setembro de 2015

de 2001, antiga reclamação da UNE.

Dessa forma, o governo consolidou em políticas públicas algumas das demandas apresentadas pela União Nacional dos Estudantes. Podemos citar a sanção do PNE com a meta de 10% do PIB para educação; a lei que destina recursos do petróleo para o setor; aprovação da lei de cotas como forma de democratizar o acesso a universidades; a sanção do Estatuto e Sistema Nacional da Juventude, lei da meia entrada e ação de inconstitucionalidade sobre a medida provisória nº 2.208/01.

Houve avanços na política de expansão, no sentido de ampliar a inserção internacional das IES, porém a UNE permaneceu reivindicando verbas para finalizar o Reuni. A criação do Sisu foi um passo importante no sentido de mudar a forma de ingresso ao ensino superior e dialoga diretamente com a reivindicação da UNE pelo fim do vestibular.

Algumas demandas da entidade não foram atendidas, como a aprovação do PL da reforma universitária, regulamentação do ensino superior privado e combate à desnacionalização da educação. As alterações que a UNE reclamou para o Prouni também não foram atendidas. A representação nacional dos estudantes lançou uma cartilha especificamente para orientar os alunos de IES particulares a se organizarem de forma mais orgânica com o intuito de somar forças a essa bandeira.

O poder executivo tomou uma atitude importante, encaminhou ao congresso nacional o PL 4.372/2012 que cria o Instituto Nacional de

Supervisão e Avaliação da Educação Superior (Insaes). Essa iniciativa é um passo necessário para a regulamentação do ensino superior privado, diante do fato de que o projeto tem o intuito de ampliar a estrutura do MEC para fiscalizar as IES, sobretudo particulares.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se que há o envolvimento da comunidade acadêmica e do movimento estudantil na implementação das mudanças feitas na educação superior brasileira a partir de 2003. Os programas implementados pelo governo e a própria necessidade de realização da reforma universitária são demandas antigas da UNE. São reivindicadas transformações na sociedade por meio da garantia de uma educação de qualidade e mais acessível para todos, principalmente para os que historicamente nunca tiveram acesso a ela.

A relação entre a UNE e as instituições foi importante para a formulação de políticas públicas para a educação e juventude nos governos de Lula e de Dilma. A entidade, por estar em contato direto com os estudantes universitários, de maioria jovem, tem sido importante para captar as demandas sociais dessa população. Houve estreitamento na relação com o governo por meio da abertura dos espaços de diálogo e construção de agendas.

A UNE pode não só identificar problemas na sociedade, mas apresentá-los ao governo, dando notoriedade a eles, convencendo-o a reconhecer questões importantes e buscar soluções. Em alguns momentos, também

apresentou soluções possíveis, como no caso dos recursos do petróleo para a educação, na formulação de projetos de lei e de programas governamentais.

Porém, o governo de coalizão, que é disputado internamente por diferentes setores da sociedade, não atendeu totalmente a demandas estudantis. A reforma universitária não foi concluída, a educação superior privada ainda permanece desregulamentada e com tendências à desnacionalização. A UNE tem atuado no sentido de organizar o movimento estudantil nas universidades privadas, defender e formular projetos de lei que possam conter a expansão da educação com a lógica unicamente de mercado. Enfrenta, porém, obstáculos que avalia como sendo a forte presença dos interesses dessas instituições no legislativo. Propõe uma reforma política que possa unir forças para diminuir essa relação e tem defendido que a educação superior no Brasil precisa estar a serviço do desenvolvimento nacional.

5. Referências Bibliográficas

_____. **Cartilha Plebiscito Constituinte: plebiscito popular por uma constituinte exclusiva soberana do sistema político**. 2ª edição. São Paulo, Fevereiro de 2014. p. 06. Disponível em: http://www.plebiscitoconstituente.org.br/sites/default/files/material/AF_Cartilha%20Plebiscito%202%C2%AA%20Edi%C3%A7%C3%A3o_WEB.pdf. Acesso em: 28 de setembro de 2015

_____. **UNE recebe indenização para reconstruir sede incendiada em 1964. Portal Vermelho 2011**. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/172111-8>. Acesso em: 20 de abril 2015.

AMBAR, Lilian. **Ocupar as Ruas, transformar a universidade e mudar o Brasil**. Movimento. Revista da União Nacional dos Estudantes – UNE. Nº 12. Junho de 2005

BARBOSA, E. dos Santos. **Relatório do 48º Congresso da UNE**. Disponível em <http://www3.uea.edu.br/noticia.php?notId=3377>. Acesso em 16 de maio de 2015.

BLUMBERG, Patrícia; MINORO, Rafael. **Revista Balanço da Gestão: diretoria da União Nacional dos Estudantes – 2011/2013**. UNE. Edição: Contra Regras – Comunicação. Jornalista responsável: Rafael Minoro. Projeto Gráfico: MBR Institucional. São Paulo. 2013.

BRASIL. **Atos do Poder Legislativo lei nº**

12.858, de 9 de setembro de 2013. Disponível em: <http://www.abmes.org.br/public/arquivos/legislacoes/Lei-12858-2013-09-09.pdf>. Acesso em: 28 de setembro de 2015

BRASIL. Emenda Constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010. Altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227, para cuidar dos interesses da juventude. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc65.htm. Acesso em: 13 de setembro de 2015

BRASIL. Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964. (Lei Suplicy) Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos Estudantes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/legislacao/357.pdf> Acesso em: 18 abril de 2015.

BRASIL. Lei nº 7.395, de 31 de outubro de 1985. Dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes de nível superior e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 de outubro de 1985. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=106770&norma=129823>. Acesso em: 19 abril de 2015.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 16 de setembro de 2015

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação (PNE). Atualizada em 1/12/2014. Centro de Documentação e Informação Coordenação Edições Câmara Brasília – 2014. p. 84. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>. Acesso em: 15 de setembro de 2015.

CARVALHO, C. H. Almeida de. **Política para a educação superior no governo Lula: expansão e financiamento.** Rev. Inst. Estud. Bras., São Paulo, n. 58, p. 213, junho de 2014

COSTA, Rejane Aparecida da; SOLIGO, Valdecir. **Políticas de Acesso à Educação Superior do PSDB ao PT: Rupturas ou Permanência? 6o Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais.** Capitalismo Contemporâneo na América Latina: políticas sociais universitárias. Unioeste. 2014.

FARIA, Claudia F. **Estado e organizações da sociedade civil no Brasil contemporâneo: construindo uma sinergia positiva.** Revista de Sociologia e Política V. 18, Nº 36: 187-204 junho de 2010

FRETAS, Rosana de C. Martinelli. **O governo Lula e a proteção social no Brasil: desafios e perspectivas.** Rev. Kátal. Florianópolis v. 10 n. 1 p 65-74 janeiro/junho de 2007.

INEP. **Sinaes.** Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-sinaes>. Acesso em: 23

de abril de 2015.

MEC. **Conheça a CONAES.** Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?catid=323:or>